

A COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, NO CONTEXTO DA UE E DO SUL GLOBAL, O ERGUER DO BRASIL E DA ÁFRICA: ANÁLISE NOS PLANOS GEOPOLÍTICO E GEOESTRATÉGICO. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

AGOSTINHO COSTA. Major General, Mestre em Relações Internacionais, ex-Chefe do Estado-Maior da European Rapid Operational Force (EUROFOR), em Itália; chefiou o Gabinete de Planeamento e Programação do Instituto de Estudos Superiores Militares (atual IUM)

Resumo (Layout)

As alterações verificadas nos planos económico, tecnológico, social e político, com a emergência de novos polos de poder e novos centros de desenvolvimento em geografias distantes dos tradicionais centros do poder eurocêntrico, vieram alterar os equilíbrios e criar novas dinâmicas conferindo ao sistema internacional um carácter multipolar e policêntrico.

A China pela sua relevância internacional nos planos económico, político, estratégico e cultural, bem ainda como pela ligação histórica a Portugal, nomeadamente pelos interesses que o nosso país mantém na Região Administrativa Especial de Macau, terá sempre que ser considerada como um parceiro privilegiado, merecedor de um lugar especial na Política Externa de Portugal. Até pela memória de ter sido com a China que Portugal procurou ultrapassar as vicissitudes do período da crise financeira, que levou à intervenção da troika para a estabilização das finanças públicas do nosso país. A relação com esta superpotência abre importantes janelas de oportunidade que não colocam em causa o quadro dos compromissos internacionais a que o país se encontra vinculado, mercê de integrar organizações políticas e de segurança regional.

随着经济、科技、社会和政治领域发生的变化，新兴权力极和发展中心在远离传统欧洲权力中心的地域崛起，这些变化打破了原有平衡，催生了新的发展动力，使国际体系呈现出多极化和多中心化的特征。

鉴于中国在经济、政治、战略和文化领域的国际影响力，以及中葡两国之间的历史联系——尤其是葡萄牙在中国澳门特别行政区的利益，中国始终应被视为葡萄牙外交政策中一个享有特殊地位的重要合作伙伴。更何况，在葡萄牙经历金融危机、接受“三驾马车”救助以稳定公共财政的艰难时期，正是中国帮助葡萄牙度过了困境。与这一超级大国的关系为葡萄牙开辟了重要的机遇之窗，而由于葡萄牙参与地区政治与安全组织，这种合作并不会影响其在国际承诺框架下的义务。

1. Introdução

“A Cooperação Portugal-China, no contexto da UE e do Sul Global, o Erguer do Brasil e da África” é um tema de inegável relevância, tendo em conta o contexto de profunda mudança que se verifica na ordem internacional, marcada por dois conflitos que suscitam preocupação, não só pela natureza dos atores, até porque envolvem potências nucleares, mas também pela relevância dos interesses em disputa e pelo seu impacto nos vários domínios das relações internacionais.

O contexto de confrontação geopolítica e geoestratégica atual levanta questões pertinentes sobre a adequabilidade do sistema internacional para dar resposta às alterações do contexto. Paralelamente, reforça a convicção da necessidade de redefinição das funções e revisão das estruturas das instituições que suportam o atual modelo de sistema internacional, a começar pela própria Organização das Nações Unidas cuja reforma do Conselho de Segurança tem vindo a ser reclamada desde há muito tempo a esta parte. Uma análise sistémica implica ainda que se pondere a adequação dos processos, para poder dar resposta aos desafios do futuro.

As alterações verificadas nos planos económico, tecnológico, social e político, com a emergência de novos polos de poder e novos centros de desenvolvimento em geografias distantes dos tradicionais centros do poder eurocêntrico, vieram alterar os equilíbrios e criar novas dinâmicas conferindo ao sistema internacional um carácter multipolar e policêntrico.

Os conflitos que grassam presentemente na Europa e no Médio Oriente, a par das mudanças verificadas em outras latitudes, tanto no campo securitário para enquadramento estratégico dessas regiões em alianças de segurança, como no quadro da cooperação económica, podem interpretar-se como o efeito emergente de um sistema internacional em rápido processo de mudança, com novos atores a desafiar o *status quo*, pugnando por uma maior equidade nas relações económicas, equilíbrio na gestão dos recursos e critério no relacionamento entre os atores do sistema internacional.

É um facto inequívoco o deslocamento da centralidade económica para outras geografias, que não apenas a Europa e a América do Norte. A China representa presentemente um polo de desenvolvimento que extravasa largamente as suas fronteiras, com uma inquestionável presença global nos planos económico, tecnológico e cultural, acompanhando a transferência da centralidade da economia global para a Ásia verificada nas últimas décadas, com dinâmicas que extravasam o limite geográfico das suas fronteiras. A iniciativa *One Belt One Road* (a nova rota da seda) representa um elemento paradigmático neste domínio, representando um instrumento de cooperação e influência do país no exterior, com reconhecidos impactos benéficos nas economias e sociedades dos países que cooperam no seu desenvolvimento.

A relação de Portugal com a China, tendo em conta o enquadramento e as condicionantes que decorrem da localização geográfica de ambos os países no espaço euroasiático, bem como as relações históricas de amizade e cooperação entre os dois povos, atentas as incertezas da atual conjuntura internacional, merecem reflexão e a formulação de um pensamento sistematizado que sustente a orientação da política externa do nosso país.

Portugal é um país da frente atlântica do continente europeu, integrante da União Europeia, mas que interpreta a evolução no Sul Global e na área da lusofonia, em particular no Brasil e na África, como parte do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural. As sinergias que decorrem de elementos identitários partilhados, a começar pelas vertentes da cultura e da língua, potenciam entendimentos e o estabelecimento de posições comuns em diversos domínios, sendo multiplicadores da relevância internacional destes países.

A China e o Brasil integram organizações multilaterais de carácter regional e global que lhes conferem acrescida importância no palco internacional. Outros países deste universo, em particular Angola, reúnem os elementos de potencial estratégico necessários para se afirmarem como atores relevantes na cena internacional. No seu conjunto, estes países representam um universo com assinalável potencial num sistema internacional em processo de transição para uma ordem internacional multipolar e policêntrica, onde lhes caberá certamente desempenhar um papel de relevo.

2. Delimitação do Tema

A V Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China convoca-nos a uma reflexão sobre a “A Cooperação Portugal-China, no contexto da UE e do Sul Global, o Erguer do Brasil e da África”, numa conjuntura em profunda mudança, com visíveis impactos no ambiente internacional. Alguns autores têm vindo a referir de que “mais do que uma era de mudança estamos a viver uma mudança de era”.

Ben Rhodes, antigo subsecretário de Estado para a Comunicação Estratégica da Administração Obama, num artigo publicado na revista *Foreign Affairs* antes das eleições nos EUA, intitulado “A Foreign Policy for the World as It Is”, sublinha que independentemente de quem for em 2025 o inquilino da Casa Branca, terá necessariamente que dar resposta a três preocupações, respetivamente: impedir uma guerra mundial; mitigar a aceleração da atual crise climática; lidar com o processo de desenvolvimento tecnológico, nomeadamente nos domínios da Inteligência Artificial.

Qualquer uma destas três questões é do plano global, tendo subjacentes questões de ordem existencial para a humanidade, requerendo vontade da parte dos decisores políticos para encontrar consensos e promover as iniciativas necessárias para garantir a efetividade dos processos. Sobretudo, o atual clima de confrontação militar deverá dar lugar à diplomacia e a cooperação com vista à transição para um modelo de economia sustentável, que galvanize esforços no sentido da aceleração da descarbonização da economia e assegure um desenvolvimento benéfico das novas tecnologias. A China, pela dimensão da sua economia, pela liderança nos domínios da investigação e desenvolvimento científico e tecnológico e pelo nível de entrosamento que mantém nos planos político e diplomático com os chamados países desenvolvidos e da maioria global, tem um papel central em qualquer um destes processos.

Em última análise, para que as tensões que se têm vindo a acumular no sistema internacional durante este conturbado período de transformação em que vivemos não se saldem por uma

tragédia, que ponha em causa o modelo de civilização assente no primado do respeito pela Dignidade Humana e do Estado de Direito, mas igualmente a sobrevivência da própria espécie humana.

Existe a percepção de que o processo de globalização apresenta atualmente dinâmicas distintas das de há uns anos, nomeadamente na dimensão económica. A ascensão da Ásia, em particular da China, levou a uma revisão dos conceitos e a um esforço por parte do ocidente alargado para reverter a deslocalização da capacidade produtiva do ocidente para a Ásia. A atual palavra de ordem é “reindustrialização”, com o desígnio de esboroar dependências e colmatar as fragilidades que a recente pandemia do Covid-19 trouxe à superfície.

Por outro lado, assiste-se com preocupação a tendências de antagonização da China, principal destino de deslocalização das indústrias do ocidente. De virtuosa fábrica do mundo surgem depois as classificações de “parceiro negocial, competidor estratégico e rival sistémico” da União Europeia. Mais recentemente ouvimos a futura Alta Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, Kaja Kallas, apelidar a China de “adversário sistémico”, o que indicia um endurecimento da postura da próxima Comissão Europeia, em linha com interesses exógenos aos da União Europeia em geral e de Portugal em particular.

Do outro lado do Atlântico a Estratégia de Segurança Nacional da atual administração norte-americana entende a China como “apresentando o desafio geopolítico mais importante para os EUA”. O crescente aumento das tensões no Indo-Pacífico permite perspetivar um risco de contágio da instabilidade geoestratégica, com repercussões preocupantes no comércio mundial e, necessariamente, com um impacto negativo na Europa em geral e, conseqüentemente, no nosso país.

No Sul Global, registam-se dinâmicas de afirmação dos Estados, através de políticas externas mais desprendidas de tutelas ou de condicionalismos impostos por centros de poder exógenos aos respetivos espaços geográficos, a par da diversificação das relações externas, de uma maior atenção ao controlo da exploração dos recursos naturais e o surgimento de alianças estratégicas fora do círculo restrito das antigas potências coloniais. Parece estar a assistir-se a uma nova vaga de políticas desenvolvimentistas, nomeadamente em África, muito à semelhança do ocorrido durante a década de sessenta do séc. XX.

O Brasil, por seu turno, tem procurado compatibilizar o estatuto de potência predominante da América do Sul, gerindo equilíbrios de um espaço que é palco de competição internacional pelo acesso a recursos naturais de importância estratégica para as tecnologias da nova economia. Desempenhou o papel de *honest broker* na gestão da crise entre a Venezuela e a Guiana pela disputa da região do Essequibo. Por outro lado, tem procurado gerir os equilíbrios regionais possíveis, tendo presente os resquícios da doutrina Monroe, que ainda está presente no quadro da política externa do principal ator internacional daquele lado do Atlântico.

O tema é vasto requerendo um esforço de síntese. Focalizar-nos-emos na análise dos fatores nos planos geopolítico e geoestratégico, bem como nos catalisadores (desafios, ameaças e riscos) que poderão representar oportunidades para perseverar numa ordem internacional complexa, em

processo de reajustamento da hierarquia de poderes e que importa não nos conduza a situações sem retorno, com efeitos irreversíveis.

3. Caracterização do Ambiente Internacional

Antonio Gramsci definiu Crise como uma situação em que “o velho já morreu e o novo ainda está para nascer, sucedendo-se, entretanto, um conjunto de factos mórbidos”. Esta era a definição perfeita para descrever a Ordem Internacional vigente até 23 de fevereiro de 2022, com toda a panóplia de ingredientes da confrontação híbrida que se agudizou após 2008, com a Cimeira da NATO de Bucareste e a intervenção da Federação Russa na Geórgia, com antecedentes no discurso do Presidente Vladimir Putin na Conferência de Segurança de Munique do ano anterior. Presentemente já não estamos em crise, mas em conflito, em todas os domínios, agora também no militar, com indicadores preocupantes resultantes de ambiguidades estratégicas, revisões de posturas nucleares das grandes potências e alargamento dos espaços geográficos de confrontação.

Para descodificarmos a situação atual, os conflitos em curso na Ucrânia e no Médio Oriente, e um terceiro teatro de operações em estado de atrição estratégica na região do Mar do Sul da China, é imprescindível visitar a Geopolítica, um domínio do conhecimento que esteve votado ao ostracismo pelas más memórias associadas a conceitos como “espaço vital” e Mitteleuropa.

É obrigatório visitar a teoria geopolítica do britânico Halford Mackinder sobre o conceito de *Heartland*, de “ilha mundial” e das “áreas pivô”. O pensamento do geopolítico norte-americano Spykman com o conceito de Rimland, que integra a área pivô, representando o controlo dos mares quentes que contornam o *Heartland*. É necessário ler o *long telegram* de George Kennan que inspirou a política norte-americana de contenção da URSS durante a Guerra Fria. Não menos importante, visitar o pensamento geopolítico do polaco Józef Pilsudski, nomeadamente os conceitos de Prometeísmo e Internarium que espelham o impulso para leste da Aliança Atlântica, estando o último institucionalizado pela “Iniciativa dos 3 Mares” e do “Grupo 9 de Bucareste”.

Ben Rhodes, no artigo anteriormente citado, refere que a “*rules-based international order*” já não existe. A Rússia e a China têm-se encarregado de apresentar uma alternativa. Os próprios EUA, no plano comercial e industrial têm vindo a distanciar-se dos mecanismos de globalização instituídos durante o pós-Guerra Fria. Potencias como o Brasil, a Índia, a Turquia e os Estados do Golfo têm vindo a adequar as suas parcerias em função das circunstâncias e dos seus respetivos interesses. A questão do apoio à Ucrânia galvaniza essencialmente os países do ocidente alargado liderado pelos EUA. Enquanto a ordem anterior se vai desagregando, novos blocos emergem em alternativa.

No plano económico o consenso de Washington culminou com a crise financeira que galvanizou populismos contra elites consideradas como alheadas da realidade. A banalização do recurso a sanções económicas e a saturação da utilização do Dólar como meio de coação aceleraram o processo de desdolarização em curso. Concomitantemente, as preleções sobre democracia já suscitaram maior entusiasmo nas audiências dos países da maioria global. Esse sentimento está bem patente nas palavras de um oficial queniano, realçando a diferença das expectativas

consoante o interlocutor seja do ocidente alargado ou da China (*every time China visits we get a hospital, every time Britain visits we get a lecture*).

Tudo isto agravado por uma crise moral provocada pela passividade do ocidente perante a tragédia na Palestina, a desvalorização das instituições internacionais, nomeadamente as da Organização Universal (ONU), com destaque para a hostilidade em relação ao Tribunal de Justiça Internacional e ao Tribunal Penal Internacional, nos processos movidos contra a atuação do Estado de Israel em Gaza e no Líbano.

4. Fatores de Tensão e Catalisadores de Risco na Ordem Internacional

São vários os fatores de tensão que caracterizam a atual conjuntura geopolítica e geoestratégica internacional, que paulatinamente têm vindo a dar azo a situações de risco potencial de confrontação direta entre atores com capacidade para empregar armamento nuclear, que julgávamos fora dos horizontes de um processo de decisão racional.

O primeiro fator de tensão, que é causa e consequência do quadro preocupante em que nos encontramos, é o resultante dos sucessivos atropelos ao Direito Internacional e aos princípios do Direito Internacional Humanitário, que a serem observados teria havido alternativas diplomáticas à intervenção russa da Ucrânia e não assistiríamos à carnificina causada pelas tropas de Netanyahu em Gaza e na Cisjordânia.

No Médio Oriente, a ineficácia do exército israelita em Gaza, incapaz de concretizar, ao fim de 411 dias de combates, nenhum dos objetivos declarados, o que não impediu Telavive de se ter lançado numa aventura no Líbano, que poderá resvalar para um conflito regional alargado. A perspetivar-se o envolvimento do Irão no conflito e uma potencial ameaça existencial para Israel, ao abrigo da doutrina nuclear deste país, culminará na designada “Samson Option” – uma retaliação com armas nucleares por Israel.

No teatro de operações da Ucrânia o conflito que completou ontem 1.000 dias, tendo atingido um nível da confrontação impensável há dois anos. Acumulam-se fatores de tensão decorrentes de ambiguidades estratégicas de eficácia duvidosa, de jogos de poder difíceis de descodificar e de excessos de confiança desfasados das respetivas capacidades estratégicas. É agora agravado pelo atual período de transição de poder na Administração dos EUA, colocando legítimos receios sobre o impacto das disputas políticas internas daquele país na condução das operações, atentas as diferenças das posturas estratégicas em relação ao conflito por parte de Republicanos e Democratas, e a intenção declarada do presidente eleito Trump em colocar um fim na confrontação militar.

Parece ter-se mergulhado num misto de delírio e desespero, mesmo de ridículo e de burlesco, como se este conflito, que conta já com centenas de milhares de baixas, fosse mais uma série da Guerra dos Tronos. A fantasia em que enveredamos não é patente apenas no *dress code* dos atores, mas no facto de continuamos vinculados a uma realidade que já não existe, repetindo

continuamente as mesmas receitas à espera de resultados diferentes, aplicando conceitos velhos a situações novas.

Neste domínio, a má notícia é continuarmos a considerar o emprego das Armas Nucleares com base nos pressupostos da doutrina da Guerra-Fria, do MAD (*mutual assured destruction*), assente num compromisso de 1978, assumido pelas potências nucleares na Assembleia das Nações Unidas desse ano, da não utilização destas armas contra Estados não-nucleares, que criou as bases para o Tratado de Não-Proliferação.

Na Revisão da Postura Nuclear dos EUA, realizada em 2010, esse princípio desapareceu, passando a considerar a possibilidade do emprego destas armas em resposta a um ataque com armas convencionais, químicas ou biológicas. As subseqüentes revisões da doutrina norte-americana alargaram o campo das hipóteses, nomeadamente como resposta a ciberataques.

Recentemente Pranay Vaddi, diretor de controlo de armamento do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, referiu que entrámos numa nova era para as Armas Nucleares, na qual os EUA deixarão de colocar restrições aos quantitativos da respetiva colocação. A resposta de Moscovo não se fez esperar com Putin a aprovar uma revisão na doutrina de dissuasão nuclear da Federação Russa, alargando o conjunto das circunstâncias em que aquele país se considera legitimado para enveredar por uma retaliação nuclear e, conseqüentemente, subindo o patamar do risco de uma confrontação. O génio saiu da lâmpada, resta-nos aguardar para gerir as conseqüências.

Sem o propósito de efetuar prospetivas, mas tão somente analisar tendências, as recentes declarações do presidente da Rússia, acompanhadas com as démarches que realizou na Coreia do Norte e no Vietnã, indiciam a consolidação de novos blocos geopolíticos, geoeconómicos e geoestratégicos. Declarou o fim da arquitetura de segurança Euro-Atlântica e a sua substituição por uma alternativa centrada no espaço Euro-Asiático, num claro desafio à hegemonia do ocidente. Enquadrou esse desígnio num imperativo de reforma das instituições internacionais, a começar pelas Nações Unidas, com um novo desenho do Conselho de Segurança que espelhe a realidade internacional atual e onde África e a América Latina terão que ter representação. Vaticinou a necessidade de uma nova Ordem Internacional, de uma espécie de novo Tratado de Vestefália.

O futuro joga-se presentemente em vários tabuleiros do xadrez da geopolítica internacional, seja nos campos e nas cidades do Donbass, em Karkiv, Kupiansk, Chasiv Yar e Zaporizhzhia, ao longo dos 1.200 km da frente de combate, onde não estão apenas em causa interesses vitais e questões existenciais para os dois beligerantes, estando também em disputa o controlo de recursos minerais com um valor colossal. No dizer do Senador norte-americano Lindsey Graham os recursos minerais da Ucrânia representam 13 Triliões de dólares, dos quais 50% estão atualmente nos territórios na posse dos russos. Joga-se também na geometria dos realinhamentos nas relações internacionais, com a emergência de alinhamentos no plano multilateral subordinadas a lógicas distintas das relações de poder e hegemonia que marcaram o período do pós-Segunda Guerra Mundial.

O sucesso dos BRICS é um exemplo paradigmático da mudança sistémica em curso nas relações internacionais, pelo acolhimento que colhe na generalidade dos países da maioria global. A focalização nas políticas de desenvolvimento económico e social, a par da participação numa organização que à hegemonia contrapõe a harmonia, conferindo prioridade à relação democrática entre os Estados, em detrimento da mera imposição de modelos exógenos de funcionamento das respetivas democracias, fazem parte dos fatores de atração dos BRICS que ajudam a entender o sucesso desta organização, que integra a China e o Brasil como Estados fundadores.

Acresce referir que foi dos BRICS que surgiram até ao presente os planos de Paz mais consistentes para o conflito da Ucrânia, protagonizados tanto pela China como pelo Brasil e África do Sul, para além das diligências no mesmo sentido desenvolvidas pelo Presidente Modi da Índia.

A relevância dos Estados na ordem internacional está indexada a vários fatores que definem a sua posição na hierarquia do sistema internacional. O poder e influência estão associados a diferentes fatores, não apenas do respetivo potencial estratégico, mas também de elementos intangíveis que vão do *soft power* associado às respetivas história e cultura, às relações históricas com outros povos e às perceções que foram capazes de desenvolver no seio da comunidade internacional, tendo em conta o aspeto percecional do próprio poder.

Os desafios para as designadas pequenas potências, nas quais Portugal se enquadra, são maiores, requerendo redobrada atenção para perseverar o espaço de manobra num ambiente internacional onde coexistem interesses antagónicos e as forças centrípetas em relação a diferentes centros de poder e esferas de influência. Sendo indiscutivelmente importante tomar opções, tendo em conta os fins-últimos do Estado (a Segurança e os Progresso e bem-estar), é também um facto inequívoco que uma pequena potência tem maiores vantagens em gerir as pertenças, procurando potenciar as oportunidades daí decorrentes, atenta a dimensão global dos principais desafios com que os Estados se confrontam presentemente e as interdependências que as atuais dinâmicas económicas e sociais acarretam.

Concomitantemente, importa ter presente as tendências de mudança estrutural em curso na ordem internacional anteriormente analisadas. É necessário, por um lado, sermos capazes de prospetivar os cenários que potenciem riscos e oportunidades para o nosso país e posicionar a sua política externa e de segurança em linha com o Interesse Nacional.

Na linha do pensamento do Professor Adriano Moreira, mais do que controlar danos de um processo que não conseguimos liderar dada a sua natureza de Estado exógeno no sistema internacional, Portugal deverá procurar influenciar através de uma política externa que saiba colher as vantagens dos elementos de potencial estratégico que dispomos. No mínimo, cabe-nos impedir que Portugal se converta num Estado exíguo do sistema internacional.

A formulação de uma Estratégia de Segurança Nacional que estabeleça as grandes linhas para a política externa de Portugal, é um exercício virtuoso e necessário que se impõe desde há décadas a esta parte. Revela-se fundamental no quadro das mudanças estruturais que irão certamente resultar dos conflitos em curso na Europa e no Médio Oriente, e da disputa entre titãs pela

preservação da hegemonia ou transição para uma nova ordem internacional multipolar e policêntrica.

A China e a África, com especial atenção para o espaço da lusofonia, não representam apenas o espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, mercê dos afetos e ligação histórica decorrente de séculos de interação entre os respetivos povos, são um capital de oportunidade pela conjugação dos fatores de potencial estratégico proporcionados pela localização geográfica pluricontinental, dimensão territorial e demográfica, reunido elementos de identidade de interesses que extravasam em muito os fatores conjunturais. Mesmo nesse domínio, a maré é favorável ao estreitar da cooperação entre Portugal e a China, alavancando-a no quadro de uma CPLP com uma visão e nível de ambição reforçados, assente numa orientação estratégica para a Política Externa do nosso país que tenha a sua centralidade em Lisboa e a perfeita perceção das oportunidades que uma articulação de interesses com Pequim, Brasília e Luanda comportam.

5. Conclusões

Como conclusões deste breve apontamento, sublinham-se as seguintes ideias-força sobre potenciais desenvolvimentos no plano global, com impacto na Ordem e Arquitetura de Segurança Internacionais, que irão emergir do processo de mudança em curso:

- ✓ O conflito da Ucrânia será um importante catalisador de mudança, com especial impacto na União Europeia e no vínculo transatlântico (NATO). O resultado das eleições de novembro nos EUA, com a vitória de Donald Trump, vai ter reflexos na evolução/conclusão do conflito.
- ✓ O conflito do Médio Oriente tenderá a ser um teatro de operações subsidiário da confrontação entre Grandes Potências, tendo como efeito emergente o desgaste do *soft power* norte americano e um exaurir de recursos.
- ✓ A situação no Indo-Pacífico, nomeadamente a questão de Taiwan, tenderá a evoluir em relação direta com os desenvolvimentos do conflito na Europa.
- ✓ O risco de confrontação nuclear, com emprego de armas nucleares táticas, seja no Médio Oriente ou na Europa, é uma possibilidade real, tendo em conta a evolução em ambos os teatros de operações.
- ✓ A transição para uma nova Ordem Internacional Multipolar, com polos alinhados segundo vínculos de ordem geográfica ou afinidades de natureza cultural, é um efeito emergente do atual clima de confrontação e do desgaste da Ordem Internacional do pós-Guerra Fria.
- ✓ O espaço da lusofonia, pela sua dimensão territorial e demográfica, índice de desenvolvimento económico e potencial relevância no contexto internacional, poderá constituir-se como um polo relevante com vértices em Brasília, Luanda e Lisboa, com o respetivo potencial exponenciado pela relação com a China, atenta a relevância deste país na Ordem Internacional e o seu potencial demonstrado nos vários domínios.

- ✓ A China pela sua relevância internacional nos planos económico, político, estratégico e cultural, bem ainda como pela ligação histórica a Portugal, nomeadamente pelos interesses que o nosso país mantém na Região Administrativa Especial de Macau, terá sempre que ser considerada como um parceiro privilegiado, merecedor de um lugar especial na Política Externa de Portugal. Até pela memória de ter sido com a China que Portugal procurou ultrapassar as vicissitudes do período da crise financeira, que levou à intervenção da troika para a estabilização das finanças públicas do nosso país. A relação com esta superpotência abre importantes janelas de oportunidade que não colocam em causa o quadro dos compromissos internacionais a que o país se encontra vinculado, mercê de integrar organizações políticas e de segurança regional.
- ✓ O Brasil continuará a desempenhar um papel crucial na senda da afirmação das potências regionais e no plano internacional. Tem vindo a afirmar-se com um ator incontornável e uma voz respeitada, com uma visão política universalista, promotora de uma ordem internacional assente nos valores da Paz e da cooperação internacional. No campo da lusofonia seria desejável que o Brasil assumisse a liderança da CPLP e a articulação das respetivas políticas externas comuns, conferindo a esta organização multilateral uma relevância acrescida e um carácter de fórum de concertação de posições comuns em aspetos determinantes da ordem internacional e da salvaguarda de interesses comuns.
- ✓ No continente africano, de entre os países lusófonos Angola apresenta-se pelo seu potencial estratégico, localização geográfica crucial no Atlântico Sul e perspectivas de desenvolvimento, como um ator relevante. Caber-lhe-á sempre um papel de destaque em qualquer articulação futura de posições comuns, sendo potenciador de sinergias, tanto com a outra margem do Atlântico Sul, com o Brasil, como com Portugal e, naturalmente, com a China, país com quem tem desenvolvido uma cooperação estreita em diversos domínios.

Em síntese, a cooperação de Portugal com a China, atentas as mudanças estruturantes em curso na ordem internacional, conjugada com uma articulação com o Brasil e a África, nomeadamente com Angola, deverá constituir um eixo central na definição de uma política externa do Portugal para o século XXI, como forma de superar os riscos do presente e perseverar perante os desafios do futuro.

Agostinho Costa
costa.ad.@gnr.pt